

APRESENTAÇÃO¹

PRESENTATION

Este número especial em homenagem à Maria Paula Meneses reúne um conjunto de artigos publicados em vários países, constituindo-se como uma memória intelectual de uma brilhante antropóloga a frente de seu tempo. O conhecimento reunido em seus inúmeros artigos e livros, tem dado sentido a muitas as experiências e estudos do e no Sul Global, ao mesmo tempo em que nos faz refletir sobre o reposicionamento científico do conhecimento produzido a partir das Epistemologias do Sul, que Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses tão bem teorizaram em uma obra extensa, robusta e necessária a ciência dos nossos tempos.

Com esta seleção, que traz temas diversos e complexos, podemos perceber a amplitude das preocupações epistemológicas de Maria Paula Meneses, e o quanto a experiência de ser uma intelectual moçambicana de prestígio internacional, nunca desviou a forma dela olhar o mundo a partir da experiência colonial, não apenas de Moçambique, mas representativa de todo um continente, que Chico César (1995) tão bem definiu como Mama África.²

O primeiro artigo, denominado **Os sentidos da descolonização. Uma análise a partir de Moçambique** reflete sobre a dimensão epistêmica do colonialismo moderno no contexto africano, e sobre a necessidade de analisar as tentativas de universalização de uma epistemologia única de matriz eurocêntrica. Segue problematizando o espaço e o tempo no sentido de mapear as ausências, provocadas pelo projeto político do colonialismo moderno, que segundo Maria Paula Meneses, perseguiu um objetivo: a negação do direito à história pelos povos dominados, através da violenta usurpação do seu direito à autodeterminação. Apresenta neste artigo alguns obstáculos e desafios metodológicos e por fim conclui afirmando que a descolonização integra, assim, para além das lutas políticas, a exploração de sonhos, a

¹ Neste Número Especial os textos são escritos dentro da diversidade gramatical do português, entre Moçambique, Portugal e Brasil. Por isto, vê-se na leitura grafias diferentes entre os escritos, podendo sugerir erros, a partir de onde se lê.

² Canção de Chico César (1995), faz referência à ancestralidade africana do cantor, situando a figura materna da África como a mãe pobre de todos nós, mas que ao mesmo tempo, luta, trabalha, cuida dos(as) filhos(as) e segue vencendo as adversidades, em permanente conexão com força espiritual que sustenta todos os seus descendentes.

libertação da história, tratando-se de uma ponte política entre anseios e raízes de experiências. Para tanto, a fim de amplificar a democracia, só poderá ocorrer se se assumir a descolonização mental, epistêmica, como uma condição prévia necessária à democratização do mundo.

O segundo artigo, designado **A questão negra entre continentes: possibilidades de tradução intercultural a partir das práticas de luta?** Parte da ideia do não-ser do homem negro à luta pela reivindicação da sua humanidade, como tema central dos debates pós-coloniais. Maria Paula Meneses defende, ao falar da localização da alteridade, que discutir a história de África no contexto amplo das lutas pan-africanistas é uma forma de ampliar as possibilidades de diálogo intercultural, promovendo a descolonização da ideia de cidadania, através do alargar de oportunidades cosmopolitas sobre a infinidade de sentidos de pertença. Problematisa a xenofobia como latência do projeto colonial-capitalista e conclui o artigo propondo a tradução intercultural como possibilidade para o ampliar de uma cidadania política mais ampla, onde o desafio atual tem no seu cerne a possibilidade de construção de uma sociedade política e de uma estrutura política, capazes de dar aos cidadãos uma visão coerente e transformadora do seu passado; é um desafio por uma cidadania cultural ativa, que luta pela presença das histórias silenciadas como parte da dos projetos identitários em curso.

O terceiro artigo, intitulado **A questão da “Universidade Pública” em Moçambique e o desafio da abertura à pluralidade de saberes** discorre sobre o problema da ciência moderna, especialmente na área das ciências sociais, que estabelece uma oposição constante entre as sociedades “tradicionais”, onde a imposição de uma monocultura surge, como um dos pilares essenciais da geopolítica colonial. Dando continuidade, a autora aborda a questão da universidade pública e a privatização de saberes, ao analisar situação das instituições de ensino superior públicas em Moçambique. Segundo Maria Paula Meneses, num país pobre como Moçambique, as questões centrais que enfrenta o ensino superior deveriam traduzir-se numa política mais afirmativa de identidade cultural, através de um exercício de participação cidadã nas políticas do conhecimento. Entre as conclusões que esse estudo aponta, afirma a necessidade de promover uma nova consciência epistêmica, que permita relacionar as diferentes formas de saberes, produzindo interconhecimentos, ou seja, tratando o debate sobre o saber como uma questão de justiça social.

O quarto artigo, designado **Mundos locais, mundo globais? Desafios para outras leituras da diversidade do Sul** parte de uma reflexão sobre da história de África, visando propor pistas que contribuam, em paralelo, para descentrar as narrativas eurocêntricas dominantes, apostando numa tecedura da história enquanto rede global, composta de múltiplas narrativas interligadas. Segundo Maria Paula Meneses, nesse processo há silêncios e ocultações, pois nos nossos dias, a história de África contém ainda uma forte carga de violência epistêmica, fruto de uma historiografia colonial, que fabricou estereótipos, que resultam na distorção e negação da historicidade da humanidade africana, e impossibilitam ainda uma leitura mais complexa das decisões, intervenções, resistências e autonomias. As conclusões presentes neste artigo, apontam para a urgências de diálogos pós-coloniais, que obriguem a repensar o tempo da história e a própria história, onde o tempo linear, uma das criações modernas, traslada o presente do passado.

O quinto artigo intitulado **As modernas sociedades africanas: socialmente plurais, juridicamente plurais?** analisa como as modernas nações africanas, são extremamente heterógenas do ponto de vista cultural e jurídico, constituem complexos mosaicos sociojurídicos, onde funcionamento das instituições oficiais não reflete, normalmente, esta diversidade. Partindo dessas premissas, o objetivo desse artigo é o de problematizar o pluralismo jurídico a partir das epistemologias do Sul, ou seja, em diálogos construídos a partir de outros cânones de saber. Segundo Maria Paula Meneses, uma breve análise histórica permite detetar as múltiplas noções do sentido de autoridade tradicional presentes na atualidade, pois a persistência destas autoridades e a sua notoriedade política são explicadas pela popularidade que a sua intervenção política lhes granjeia nas áreas sob a sua influência. Na sequência, o artigo reflete sobre os dilemas na definição de sistema de justiça, apontando modelos de interface entre os sistemas de justiça não-estatais e o moderno estado-nação de alguns países africanos. Por fim, a autora conclui pela reconstrução de projetos de cidadania, que se situem entre o papel e a prática quotidiana. Segundo ela, os projetos cognitivos que reforçam a interpretação do direito e da justiça, a partir das condições iniciais presentes no Norte global não fazem mais do que, através da nomeação temporal e espacial, produzir mapas que distorcem a leitura do presente. E são estes mapas que importa descolonizar, como condição para ampliar a democratização dos saberes.

O sexto artigo denominado **Autoridade, legitimidade e cidadania: as “autoridades tradicionais” em Moçambique** parte de uma problematização inicial temática das chamadas “autoridades tradicionais” e a sua relação com o Estado. A construção desse artigo se estrutura, numa primeira fase, conforme Maria Paula Meneses nos aponta, na “arqueologia” dos conceitos e das formações etnolinguísticas no Sul de Moçambique, seguido pelos resultados da observação do impacto da implantação do Estado colonial moderno sobre este estrato sócio-político e por fim, procura interpretar, dilemas e opções que se colocam ao Estado moçambicano na pós-independência. Esse artigo trabalha ainda com os conceitos centrais de tradição e etnicidade. Além disso, faz uma discussão em torno dos termos civilização, cidadania e de situação colonial, onde discorre sobre o Estatuto do Indigenato e o papel das reformas administrativas coloniais. Analisa ainda as complexas arenas políticas do pós-independência, onde as várias mudanças políticas que o país conheceu desde a independência contribuíram para a transformação e complexificação das arenas políticas existentes. As duas últimas problematizações desenvolvidas no artigo referem-se à ampliação da rede de actores “tradicionais” aos grupos dinamizadores (criados no período pós-independência) e às consequências da guerra civil, especificamente o retorno de velhos/novos atores.

O sétimo artigo intitulado **Genealogias jurídicas** se inicia discutindo o tema referente ao espaço das leis, quando define o propósito de traçar as genealogias dos casos de feitiçaria na arena jurídica colonial de Moçambique. Parte da discussão sobre as políticas de produção de conhecimento em contextos coloniais, na perspectiva de, segundo sua autora, discutir como a feitiçaria emergiu como um problema central da política jurídica colonial moderna, abrindo portas para uma discussão mais alargada sobre as continuidades nas legislações contemporâneas sobre a feitiçaria em Moçambique. Na sequência, Maria Paula Meneses discorre sobre a ideia do pluralismo jurídico em Moçambique, onde apresenta uma análise sobre regimentos, códigos e leis desde o século XIII, mostrando a complexidade presente em Moçambique. Analisa as questões em volta do confronto do direito civilizado vs. direito indígena e, para tanto, utiliza nessa análise documentos oficiais e fotografias históricas, além de estudos sobre este assunto. Conclui o artigo ponderando que a pluralidade de ordens jurídicas no território permite vislumbrar quão superficial era o conhecimento etnográfico sobre a colônia de Moçambique, apesar dos repetidos apelos legislativos no sentido do conhecimento de “usos

e costumes”. E que por isso, as populações indígenas de Moçambique continuaram a utilizar os sistemas jurídicos locais para resolver as suas questões, ficando o acesso aos tribunais judiciais reservado essencialmente aos não indígenas (brancos, mistos, indianos e “assimilados”).

O oitavo artigo intitulado **“Quando não há problemas, estamos de boa saúde, sem azar nem nada”**: para uma concepção emancipatória da saúde e das medicinas aborda a questão da medicina tradicional, sendo configurada socialmente como um saber inferior, enquanto o discurso predominante confere à medicina alopática moderna um estatuto hegemônico de conhecimento, protegido e definido pelo Estado na qualidade de saber oficial, conforme argumenta Maria Paula Meneses. Na sequência do texto, faz uma discussão sobre o que denomina de medicina e medicinas, e nos mostra ao longo do texto, que em Moçambique desde há muito se detectam evidências da germinação de sistemas médicos híbridos. No artigo, problematiza-se ainda, o conceito de saúde, dentro da relação médicos tradicionais e medicina tradicional, quando faz a afirmação de que “ter saúde é ter boa vida”, pois segundo Maria Paula, para a maioria da população da cidade de Maputo, e mesmo do sul do País, o conceito de saúde é bastante amplo, referindo-se implicitamente à existência de um equilíbrio social, noção que não é exclusiva a Moçambique nem a África, pois está presente em várias culturas dando origem a distintos sistemas médicos. Na sequência do artigo faz uma abordagem sobre medicina e feitiçaria, em torno das delimitações éticas de um sistema médico que se amplia para além dos limites estabelecidos entre a biomedicina e a chamada feitiçaria. Também inquire sobre quem é o médico tradicional e sobre doenças, afirmando que os médicos tradicionais são os terapeutas que melhor parecem saber lidar com as doenças ditas “tradicionais”, pois trabalham com o corpo e com os espíritos, espíritos esses que “ocupam o corpo” e causam diversos problemas aos pacientes. Segue para a conclusão do artigo refletindo sobre a importância da medicina tradicional, situando-a entre a legitimação e a legitimidade e a sua vitalidade. Por fim, propõe a ideia da intermedicinidade, que deriva do seu estatuto “em construção”, pelo qual a medicina tradicional experimenta uma travessia conturbada no processo de produção de uma “outra” modernidade.

O nono artigo intitula-se **Desafios ambientais a Sul: o ubuntu como ética de ligação entre a comunidade e a natureza**, a autora inicia situando o colonialismo como violência epistêmica e ontológica. Nesse diapasão, destaca que, apesar da diversidade de projetos

coloniais modernos, estes partilham uma estratégia política comum: o uso da ciência moderna para a criação de um modelo de desenvolvimento específico a ser exportado para os “espaços do império”. Prossegue em seu artigo, tratando das epistemologias do Sul e as políticas de ser, de saber e de poder, como afirmação de alternativas credíveis à injustiça cognitiva experimentadas no cotidiano, incluindo também os crescentes sinais de crises climáticas. Maria Paula Meneses amplia a discussão, ao tratar do desafio à fratura abissal entre o humano e o natural, quando destaca a força dos saberes locais e das outras perspectivas epistemológicas. Finaliza o artigo, propondo ideias para dar continuidade à descolonização, colocando em cena ontologias e epistemologias, que estão na base de lutas de camponeses, de povos indígenas, afrodescendentes, de jovens, de mulheres, de ambientalistas, de movimentos LGBTQIA+, entre outros, e projetam outras filosofias de vida, propondo a sujeição dos objetivos econômicos aos critérios do respeito pela dignidade e pela justiça social e cognitiva. Conclui o artigo, afirmando que a descolonização deve envolver a devolução de terras, em simultâneo com o reconhecimento de como o território e os seus saberes e as relações com a terra são compreendidas e realizadas de forma diferente, com o direito a outra história, à herança cultural destes povos como parte da herança da humanidade.

O décimo artigo, com o título **Os “Outros” e “Nós”: a questão do acesso, uso e gestão dos recursos naturais em Licuáti** discute sobre autoridade e disputas em torno do uso e do manejo de recursos naturais numa região do extremo sul de Moçambique, no distrito de Matutuíne, província de Maputo, frente a proposta de um projeto para o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas e o reestabelecimento da “reserva florestal do Licuáti” que atuou como catalisador de polêmicas reveladoras de situações que ultrapassam em larga medida a decisão sobre o abate ou não de uma árvore. Segundo Maria Paula Meneses, os conflitos em torno desse lugar são ilustrativos de como uma situação de alteração do “*status quo*” local no tocante à posse, ao uso e ao manejo de recursos é manipulada por várias instituições para benefício próprio, sob o pretexto de “proteger as comunidades e o seu meio ambiente”. Este longo artigo, reúne todos os elementos históricos, ambientais, sociais sobre a floresta e as populações que vivem em seu entorno. Nessa trajetória, aborda a questão da ocupação da floresta, numa demarcação histórica e social, as pertenças étnicas e as heranças múltiplas, ressaltando o que Maria Paula Meneses designa de identidades salientes e saberes escondidos.

Na sequência reflete sobre o uso e o manejo da floresta e o motivo de ser uma realidade tão contestada. Prossegue interrogando sobre quem legitima a atribuição de terras e de recursos e de acordo com que regras é que essas decisões são tomadas, já que nessa disputa há muitos interessados se enfrentando, inclusive o do Estado. Outra provocação que Mar faz nesse artigo é perguntar sobre a possibilidade de socializar a ecologia. Na estrutura do artigo encontramos ainda a ponderação sobre o retorno à natureza que está no meio de “nós”, acompanhado de uma reflexão sobre comunidades em transição, e o questionamento sobre os mundos paralelos de os “Outros” e Nós”. E por fim conclui o artigo, afirmando que o reconhecer da sabedoria, o legitimar, através da pesquisa realizada, do conhecimento local, resultou num reforço do poder e da identidade das comunidades da zona de Licuáti.

E o último artigo denominado **Sabores, aromas e conhecimentos: desafios a uma epistemologia dominante** problematiza como a comida permanece sendo símbolo particularmente potente de identidade pessoal e coletiva, constituindo, segundo Maria Paula Meneses, um dos fundamentos da individualidade e dos sentimentos compartilhados de pertencimento a um grupo maior. A autora prossegue dizendo, pouco se compreende a comida como um pilar estável da identidade, podendo também ser tão fluido e mutável; como fronteiras aparentemente intransponíveis podem ser mantidas entre as práticas e hábitos alimentares específicos de cada grupo, enquanto dietas, receitas e culinária estão em constante transformação. O artigo, questiona ainda o colonialismo, a partir de uma perspectiva da história subalternizada, procurando analisar os contatos coloniais por meio da comida em um amplo contexto global. Nesse sentido, a autora, argumenta que a dinâmica dos contatos por meio do envolvimento de muitos grupos diferentes de pessoas, faz com que surjam diferentes versões do conceito de soberania alimentar. Maria Paula Meneses, explora também as conexões entre os alimentos gerados pelos encontros coloniais, como forma de analisar os efeitos da colonização e dos processos migratórios, elementos-chave para analisar a soberania alimentar como parte do processo de afirmação cultural e soberania política. Por fim, conclui que a comida desafia as barreiras essencialistas que separam culturas, perpassa o tempo e permeia a vida de todas as gerações. E se constitui num também convite, para que nos encontremos neste território, circulando nele, dialogando com quem o integra, como forma de ultrapassar o pensamento abissal.

Concluímos a apresentação dos onze artigos com o nosso pensamento em Maria Paula Meneses, na sua breve e intensa vida, na sua voz que vibrou em cada tema referente a Moçambique, que desvendou os segredos, os saberes e cada ponto de vista desta terra, que lutou por sua independência do colonialismo, não só de estado, mas contra todas as outras formas que ainda se impõem sobre este país. Sua voz foi incansável na problematização das violências epistêmicas e afirmação de seu povo e do seu território, que ela tanto amou.

Por isto não cansamos de afirmar que **Maria Paula Meneses não morreu! Virou semente!**³

E como semente sua obra continuará florescendo e iluminando novos estudos e novas compreensões, contribuindo para que a sua voz se mantenha viva, potente, ecoando em todos os lugares onde as epistemologias do Sul demonstram o seu potencial transformador de justiça cognitiva.

Boaventura de Sousa Santos

Allene Lage

Margarida Gomes

³ Como se diz no Brasil, especialmente pelos movimentos sociais. Sempre que alguém morre e que tenha importância nas lutas sociais e políticas travadas contra as inúmeras formas de opressões e violências que gerem desigualdades, discriminações e injustiças.